

Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba

Arilson Favareto

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: arilson.favareto@ufabc.edu.br

Louise Nakagawa

Greenpeace Brasil – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: louise.nagakawa@gmail.com

Suzana Kleeb

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: skleeb@uol.com.br

Paulo Seifer

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: paulo.seifer@gmail.com.

Marcos Pó

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: marcos.po@ufabc.edu.br

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada no Matopiba, como é conhecido o território situado na fronteira de expansão do agronegócio brasileiro na porção nordeste do bioma Cerrado. O objetivo é apresentar evidências que permitam contestar o discurso predominante entre as organizações empresariais do setor e no senso comum, segundo o qual o desmatamento representaria um custo inerente ao progresso econômico e social da região. Diferente disso, se demonstra que é a própria ideia de progresso econômico e social no Matopiba que poderia ser posta em questão, à medida que, juntamente com a elevação da produção, predominam índices de pobreza e desigualdade superiores às médias estaduais, uma dinâmica econômica fortemente concentrada e especializada, com baixa capacidade de criação de empregos e de fortalecimento de laços econômicos locais. O estudo se apoia em análise de dados secundários aplicados a todos os municípios do território e em pesquisa de campo realizada em quatorze municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com a realização de mais de 150 entrevistas com representantes de diferentes segmentos sociais.

Palavras-chave: Matopiba; desenvolvimento territorial; desigualdades territoriais; impactos do agronegócio.

There is more poverty and inequality than well-being and wealth in the municipalities of Matopiba

Abstract

This article presents the results of research carried out in Matopiba, as it is known the territory located in the frontier of the Brazilian agribusiness expansion, in the northeast portion of the Cerrado biome. The objective is to present evidence to challenge the prevailing discourse among the business organizations of the sector and in the common sense, according to which

deforestation would represent an inherent cost to the economic and social progress of that region. Otherwise, it is shown that it is the proper idea of economic and social progress in Matopiba that could be called into question as, together with the increase in production, there is poverty and inequality rates higher than the state averages, an economic dynamic strongly concentrated and specialized, with low capacity to create jobs and strengthen local economic ties. The study is based on analysis of secondary data applied to all municipalities in the territory and field research carried out in fourteen municipalities of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia, with more than 150 interviews with people representing different social segments.

Keywords: Matopiba; territorial development; territorial inequalities; impacts of agribusiness.

Hay más pobreza y desigualdad que bienestar y riqueza en los municipios de Matopiba

Resumen

Este artículo presenta los resultados de investigación realizada en Matopiba, como es conocido el territorio situado en la frontera de expansión del agronegocio brasileño en la porción Nordeste del bioma Cerrado. El objetivo es presentar evidencias que permitan contestar el discurso predominante entre las organizaciones empresariales del sector y en el sentido común, según el cual la deforestación representaría un costo inherente al progreso económico y social de la región. A diferencia de esto, se demuestra que es la propia idea de progreso económico y social en el Matopiba que podría ponerse en cuestión, a medida que, junto con la elevación de la producción, predominan índices de pobreza y desigualdad superiores a los promedios de referencia, una dinámica económica concentrada y especializada, con baja capacidad de creación de empleos y de fortalecimiento de lazos económicos locales. El estudio se apoya en análisis de datos secundarios aplicados a todos los municipios del territorio y en investigación de campo realizada en catorce municipios de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahía, con la realización de más de 150 entrevistas con representantes de diferentes segmentos sociales.

Palabras-clave: Matopiba; desarrollo territorial; desigualdades territoriales; impactos del agronegocio.

Introdução, objetivos, hipótese e procedimentos metodológicos¹

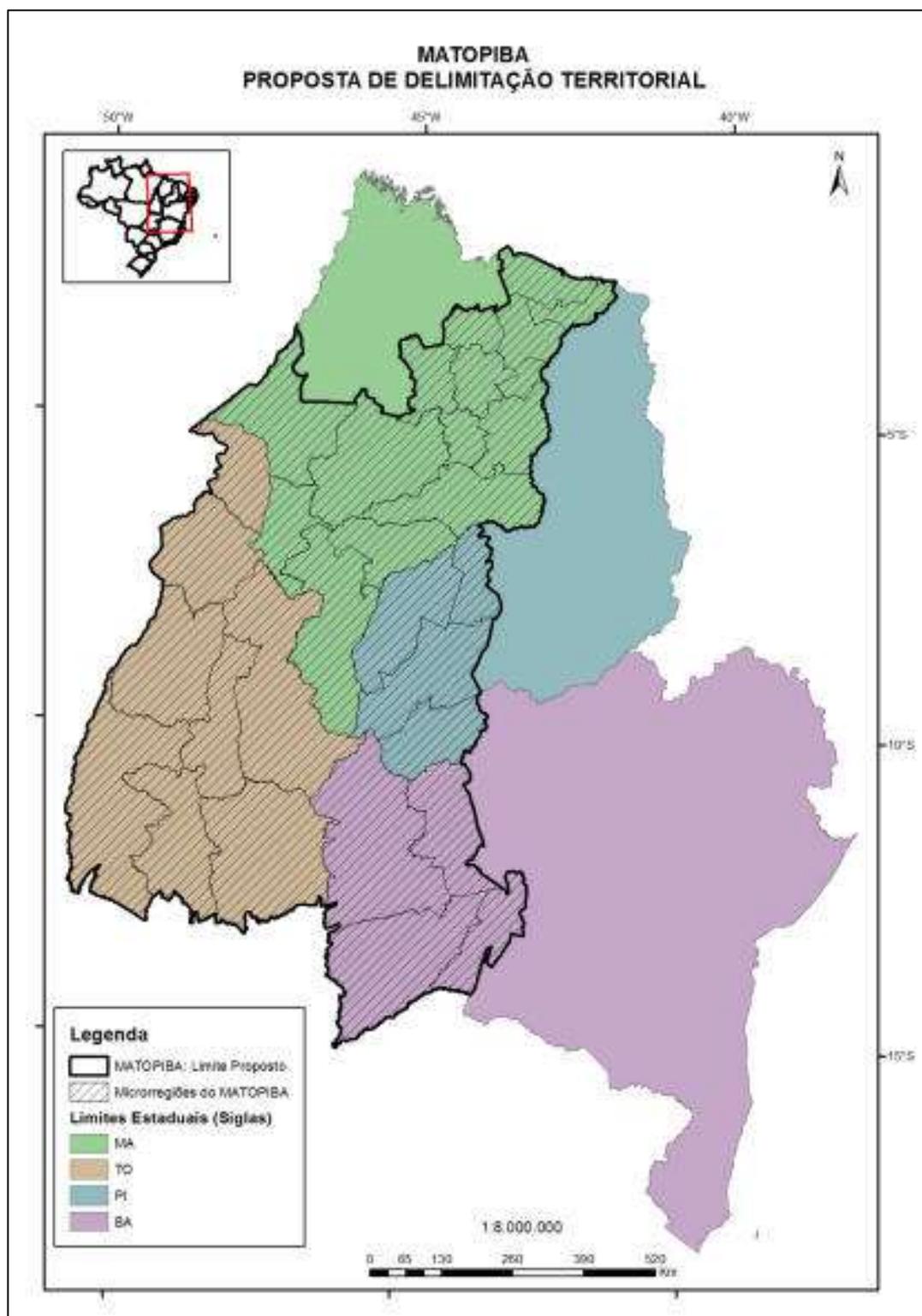
O que é o Matopiba

Matopiba é a denominação atribuída à vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve todo o estado do Tocantins, mais o oeste baiano e o sul do Maranhão e do Piauí (vide figura1). Ali está a principal fronteira de expansão da agropecuária brasileira, além da Amazônia. São 337 municípios, em uma área total de 73 milhões de hectares. Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011), viviam ali 5,9 milhões de pessoas. O PIB estimado perfazia R\$ 53 bilhões. A produção é, contudo, bastante

¹ Este artigo é uma versão sintética dos principais resultados de pesquisa sobre impactos territoriais da expansão do agronegócio no Matopiba, realizada em quatorze municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, entre 2017 e 2018. A iniciativa contou com apoio do Greenpeace e da CLUA – Climate and Land Use Alliance. Os autores agradecem os comentários, sugestões e críticas recebidos, embora sejam, como de praxe, os únicos responsáveis pelo conteúdo aqui veiculado.

concentrada: os dados apontam que apenas sete das trinta e uma microrregiões produziam mais da metade do PIB regional. Na safra 2013/2014 a região produziu 18,6 milhões de toneladas de grãos. As projeções indicam que este número deverá chegar a 22,6 milhões de toneladas no ciclo 2023/2024, com área plantada entre 8,4 e 10,9 milhões de hectares (Embrapa, 2017). Por conta desta expansão, a incorporação de novas terras também vem sendo bastante acelerada. Somente entre 2013 e 2015 foram subtraídos 18.962 km² da cobertura florestal do Cerrado, boa parte no Matopiba. Isso significa que a cada dois meses desapareceu o equivalente à área da cidade de São Paulo em florestas. O Matopiba não é só, portanto, uma região produtiva, mais que isso é um território exemplar no qual se pode vislumbrar, de maneira viva, um conjunto de contradições que marcam as formas de apropriação espacial nos marcos do modelo de desenvolvimento brasileiro atual, sobre as quais não são poucas as controvérsias sociais e científicas, como se verá a seguir.

Figura 1: Mapa de delimitação geográfica oficial do Matopiba

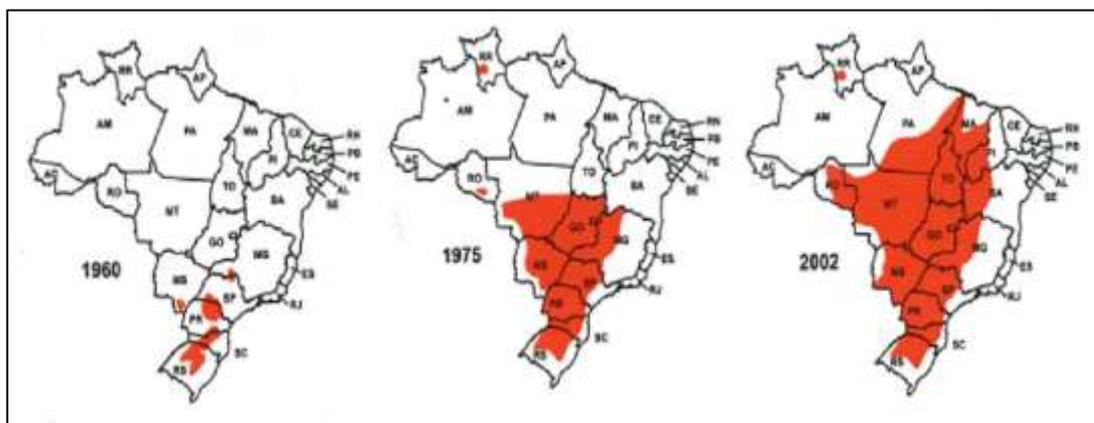


Reproduzido de Embrapa (2017).

As narrativas concorrentes sobre o Matopiba

A condição atual do bioma Cerrado é alarmante. Embora guarde 5% de toda a biodiversidade mundial, aproximadamente 50% da cobertura florestal original deste bioma já se perdeu. Isto aconteceu mais acentuadamente após a adaptação de sementes que levou à vertiginosa ampliação da produção da soja no Brasil central, avançando mais recentemente em direção norte e nordeste (vide figura 2). Este ritmo de destruição o torna um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta. Algo extremamente preocupante face às mudanças climáticas globais, à erosão da biodiversidade e à questão hídrica, pois estão ali as nascentes de oito das doze bacias hidrográficas brasileiras. Sem falar nos direitos de populações tradicionais que têm seus modos de vida ameaçados pela transformação da floresta em pastagens e monocultivos agrícolas.

Figura 2: Evolução das áreas sob influência da produção de soja no Brasil



Reproduzido de JICA (2017).

Talvez por conta desses números, muitos trabalhos têm sido publicados nos últimos anos sobre este bioma, tratando parte destes problemas. Para citar apenas alguns, o relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018) aborda o tema da estrangeirização e da especulação de terras, também tratado anteriormente em Alves (2009), Frederico & Buhler (2015), Pereira & Pauli (2016), Castilho, Bassi & Vendrame (2017), Dulci (2017), Pitta, Boechat & Mendonça (2017). Relatório publicado pela ActionAid (2017) tem como foco os impactos da expansão do agronegócio sobre o meio ambiente e comunidades tradicionais, preocupação que fora analisada ainda em Alves (2015) entre outros. Em Alves (2015) também há vários artigos que tratam de temas variados como as migrações, as mudanças na rede de cidades ou a infraestrutura. Buainain, Alves, Silveira & Navarro. (2017) e Buainain, Garcia & Vieira Filho (2018) abordam as relações entre agropecuária e economia local. E vários trabalhos conduzidos no âmbito do GITE/Embrapa (2018) analisam as transformações produtivas locais e as perspectivas de expansão do setor.

Mas, se o crescimento da produção, as mudanças tecnológicas, a consequente alteração da paisagem, a perda de cobertura florestal e os conflitos socioambientais são aspectos razoavelmente conhecidos a partir destes estudos acima mencionados, o que se pode dizer a respeito dos impactos territoriais da expansão da fronteira agropecuária sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da região, para além de um olhar exclusivamente voltado à dimensão econômico-produtiva? O que acontece com o emprego, a pobreza, a desigualdade, entre outras dimensões da vida social local?

Na literatura mencionada há, de um lado, o discurso dominante a respeito da expansão da cultura da soja no Matopiba, que tem por portadores as principais organizações e lideranças do setor empresarial ou a ele ligadas. Nele se argumenta que tal atividade é fundamentalmente benéfica para a região, cujas características marcantes no período anterior à chegada dos investimentos na produção de soja eram justamente a baixa dinâmica econômica e a precariedade dos indicadores sociais. A acentuada remoção da cobertura florestal, criticada por ambientalistas, é reconhecida pelas organizações e agentes ligados àquele setor, mas apresentada como o “custo inerente ao progresso”, numa retórica coerente com a narrativa mais ampla sobre o uso dos recursos naturais nos biomas mais afetados no Brasil. Mais que isso, em resposta às críticas pela degradação ambiental, estas lideranças reiteradamente afirmam que o setor cumpre o que está na lei, em uma referência à alegada observância de destinação de terras com cobertura florestal para a formação das reservas legais, a adoção de instrumentos como o licenciamento ambiental agropecuário, quando exigido, ou o respeito às normas de uso de agrotóxicos e demais insumos químicos entre outros temas. Os casos de desrespeito aos preceitos legais são tratados como mera exceção. E o posicionamento político das organizações do setor, reivindicando o afrouxamento de alguns destes marcos legais, também não aparece neste discurso. Esta narrativa encontra correspondentes no ambiente acadêmico. Autores como Vieira Filho & Gasques (2016), ou boa parte dos artigos reunidos no volume organizado por Buainain, Alves, Silveira & Navarro (2014) consideram que apesar dos problemas econômicos, políticos e ambientais, o novo padrão de acumulação instalado na agricultura brasileira e praticado na fronteira de expansão do Cerrado é predominantemente positivo. Mais que isso, muitos autores agregam que estaria em curso uma mudança de comportamento no setor, com a adesão a práticas de conservação como plantio direto, certa diversificação em rotação de cultivos e novas tecnologias do que vem sendo chamado de agricultura de precisão.

Por outro lado, tendo como portadores parte significativa dos movimentos sociais e organizações de apoio aos trabalhadores e comunidades tradicionais, há o discurso oposto, no qual os aspectos negativos, certamente existentes, são mais enfatizados. Nesta segunda narrativa a ênfase tem sido posta nos efeitos da expansão da agropecuária sobre o meio ambiente e sobre estas populações mais pobres. Além da perda da cobertura florestal e da

erosão da biodiversidade o tema dos recursos hídricos vem ganhando relevo crescentemente. No Matopiba estes temas alçaram o Cerrado ao primeiro plano no discurso de organizações não governamentais que atuam nos temas socioambientais, pois está nesta região boa parte do que resta de vegetação nativa deste bioma. Também contribui para esta recente atenção o igualmente crescente interesse internacional por investimentos nesta área. A presença de grupos estrangeiros é cada vez maior à esteira dos processos de valorização de terras como ativo financeiro. A imagem que sobressai desta narrativa é de uma região cujos recursos naturais vêm passando por um processo acentuado de depleção sob formas violentas e com enormes prejuízos para as comunidades que antes dependiam destes mesmos recursos para manter seus modos de vida. Igualmente forte é a imagem de um território que vai passando gradativamente às mãos e ao controle de grupos transnacionais, diminuindo a autonomia e a soberania do país sobre recursos absolutamente estratégicos nos quadros de um futuro fortemente marcado pelas mudanças climáticas e por certa escassez de alguns valiosos recursos disponíveis no local, como a água, a terra e a biodiversidade. Uma narrativa que se expressa por meio de publicações das organizações sociais (Heck & Menezes, 2016; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2018; ActionAid, 2017) mas também encontra em trabalhos científicos seu respaldo (Pitta, Boechat & Mendonça, 2017; Pereira & Pauli, 2016; Alves, 2009).

Objetivo, problema e hipóteses desta pesquisa

O objetivo da pesquisa apresentada nestas páginas foi verificar se existem evidências na direção de argumentos que permitiriam pôr sob suspeição a narrativa dominante a respeito dos custos e dos benefícios da expansão da soja no Matopiba e, ao mesmo tempo, levar a perspectiva crítica a uma melhor consideração das contradições e ambiguidades existentes, condição necessária para o melhor encaminhamento de alternativas e soluções para os problemas elencados. O intuito foi compreender os impactos desta expansão do agronegócio no conjunto do território, entendido na sua pluralidade, para além de grupos sociais ou setores econômicos específicos. O que se pretende demonstrar – esta é a hipótese que guiou o estudo - é que a análise aprofundada da dinâmica desencadeada com a produção da soja e outros cultivos associados não corroboraria o discurso predominante entre os agentes do setor e no senso comum de que o desmatamento representa um custo inerente ao progresso econômico e social da região. Diferente disso, a própria ideia de progresso econômico e social no Matopiba é que poderia ser posta em questão, à medida que, juntamente com a elevação da produção e, em menor grau, da renda – e, sobretudo, por conta do modelo econômico pelo qual isso se dá –, estaria ocorrendo um aumento da desigualdade, a geração de uma dinâmica econômica fortemente concentrada e

especializada e, pois, com baixa resiliência ambiental e baixa capacidade de criação de empregos e de laços econômicos locais. Isto é, a dinamização local tão propalada é muito concentrada e restrita espacialmente e a certos setores. Além do custo ambiental haveria, portanto, um custo econômico e social de longa duração que estaria sendo mascarado por aparentes ganhos de curto prazo. Os ganhos de curto prazo, de todo modo, sim, existem, embora sejam ignorados por parte das narrativas antagônicas, o que indicaria igualmente sua insuficiência. São estes ganhos que explicam o apoio da sociedade a esta via de desenvolvimento, apesar de seus efeitos deletérios. Em síntese palavras, a região estaria se transformando em um enclave de produção de *commodities*, com efeitos positivos espacialmente limitados e sem benefícios duradouros para o tecido social do território em seu conjunto ou mesmo de forma predominante, algo ainda oculto ao julgamento do senso comum e à parte da literatura especializada.

Os procedimentos de pesquisa

Para testar a hipótese acima o estudo foi realizado em duas grandes etapas. A primeira se apoiou predominantemente no uso de dados secundários e a segunda envolveu um trabalho de campo em municípios situados em territórios selecionados nos quatro estados do Matopiba, além de entrevistas com informantes chave situados nas capitais e em Brasília.

A etapa baseada em dados secundários se realizou no segundo semestre de 2017. Foram reunidos mais de 70 indicadores para o conjunto dos municípios do Matopiba, analisados em contraste com as médias estadual e nacional obtidas para cada um destes indicadores. Este tratamento dos dados permitiu que se chegasse a uma tipologia das dinâmicas territoriais experimentadas pelos municípios. Foi possível avaliar se os efeitos territoriais da expansão da soja são unívocos ou se os efeitos mais benéficos se concentrariam em alguns poucos municípios polo. A tipologia permitiu também identificar áreas nos quatro estados onde seria possível observar efeitos recentes e efeitos consolidados, além de dinâmicas representativas de áreas com maior e com menor desmatamento. O intuito era saber o que sucede em termos socioeconômicos onde o desmatamento foi intenso e o que ocorre onde ainda há conservação de cobertura florestal. Também interessava saber o que se verifica onde tais mudanças já se consolidaram e o que se passa onde elas ainda estão num momento embrionário, de forma a separar, analiticamente, o que ocorre onde a expansão produtiva já é uma realidade de outras áreas, onde esta dinâmica ainda é incipiente, ou mesmo inexistente. Com base no mesmo tipo de preocupação foi adotado ainda outro procedimento adicional: um olhar mais detido sobre os dez municípios campeões da produção de soja. Estes vários procedimentos permitiram a seleção de algumas áreas que foram, posteriormente, visitadas por uma equipe de

pesquisadores especializados em análises territoriais, na etapa seguinte do estudo. Estes passos metodológicos visavam, além de dar visibilidade à heterogeneidade territorial, controlar os riscos de se olhar somente para áreas problemáticas ou para áreas mais dinâmicas e, equivocadamente, extrapolar para o conjunto do território algo típico de certas localidades.

Na segunda etapa foram então visitados quatro conjuntos de municípios, um em cada estado. Além da coleta de dados e informações gerais, foram entrevistados agricultores de diferentes estratos, representantes do poder público e representantes dos setores econômicos e da sociedade local. Foram percorridos aproximadamente sete mil quilômetros de estradas no Matopiba e visitadas treze localidades (na verdade, quatorze municípios, pois dois deles foram considerados em conjunto por conta de desmembramento relativamente recente de um deles). Isto permitiu um contraste de opiniões, o conhecimento *in loco* de áreas com características distintas e a observação de várias dimensões da dinâmica territorial. Ao todo, em torno de 150 entrevistas foram conduzidas entre os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 nos municípios a seguir. Em Tocantins: Arraias, Mateiros, Pedro Afonso e Campos Lindos. Na Bahia: Correntina, Formosa do Rio Preto, Barreiras/Luís Eduardo Magalhães. No Maranhão: Balsas, Carolina, Tasso Fragoso. E no Piauí: Uruçuí, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro. Estes aglomerados de municípios se situam nas microrregiões campeãs da produção da soja nos respectivos estados - com exceção de Tocantins, que não tem nenhum município figurando entre os mais destacados; ali o critério adotado foi buscar certa representatividade de áreas novas, mais consolidadas e outras onde ainda não chegou a expansão da soja. De forma complementar foram entrevistados informantes chave nas capitais dos estados e em Brasília ligados a: segmento empresarial (visando mapear narrativas, estratégias e inovações idealizadas pelo setor), organizações da sociedade civil, destacadamente organizações de representação dos trabalhadores e do movimento ambientalista (visando mapear narrativas críticas e eventuais embriões de formas alternativas de uso de recursos naturais em contraponto ao modelo da monocultura da soja), gestores e dirigentes de órgãos públicos (visando mapear as formas de reação favoráveis ou mitigadoras em implementação ou em gestação no âmbito do Estado). Os resultados obtidos constam do relatório *Entre as Chapadas e os Baixões do Matopiba - dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária nos Cerrados* ([fonte suprimida para preservar anonimato na avaliação], 2018). Nas páginas a seguir são apresentadas as principais conclusões produzidas, sob a forma de cinco postulados que condensam as mensagens mais importantes. A cada uma delas é dedicada uma seção.

Matopiba como uma criação do Estado empreendedor e patrimonialista

O setor empresarial costuma apresentar a história do Matopiba como um caso típico de heroísmo empreendedor, no qual apesar da omissão e ausência dos governos um grupo de agricultores sulistas teria migrado e desbravado a região e construído ali uma experiência de sucesso como resultado de seus próprios e exclusivos esforços. Mas a primeira conclusão do estudo, quase óbvia a quem conhece mais a fundo a realidade do chamado agronegócio nacional, é justamente a confirmação de que não se pode compreender os contornos do Matopiba sem remontar às formas de atuação do Estado brasileiro na constituição do padrão de acumulação capitalista típico da moderna agricultura de *commodities*.

Sob o ângulo mais formal, o Estado atuou diretamente na formação das condições de competitividade deste setor por meio de ao menos três vetores de intervenção (Muller, 1990; Bahia, 1985): i) a produção de inovações tecnológicas, destacadamente por meio da pesquisa agropecuária estatal, via Embrapa, que levou à adaptação da soja para seu cultivo em baixas latitudes e em condições climáticas como aquelas encontradas nos cerrados, algo inexistente até meados dos anos setenta, quando este produto só podia ser cultivado entre o Rio Grande do Sul e o Paraná; ii) a organização de um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural que foi responsável pela disseminação destas novas tecnologias entre os produtores rurais, de forma pública e gratuita; iii) a formação de um sistema nacional de crédito rural que financiou, de maneira subsidiada, a aquisição de terras e a adoção do pacote tecnológico baseado no uso de maquinário, sementes industriais e insumos químicos ofertados no período. Tal processo atendeu não somente às necessidades de uma classe média rural emergente formada por agricultores sulistas que migraram em direção ao Centro-Oeste, mas também se deu de forma a promover uma forte e intensa integração dos capitais agrário, industrial e financeiro, que estiveram na base do que a literatura chamou de Complexos Agroindustriais, dos quais a moderna produção de soja no Cerrado é expressão. Assim, não foi somente as diversas fases do Prodecer que se constituíram no meio pelo qual o Estado brasileiro atuou na moldagem atual do Matopiba, mas todo um padrão de acumulação que envolve tecnologias, sistema financeiro, organização institucional e infraestruturas. Em suma, uma vasta e custosa operação governamental de longo prazo. Algo muito diferente do que o discurso empreendedor do agronegócio gosta de propagar. Houve empreendedorismo, sim, mas com forte participação do Estado e das instituições governamentais.

Por outro lado, portanto, seria também incorreto atribuir tudo ao Estado. Nos marcos da ação governamental se mobilizaram capacidades e habilidades empresariais que tiveram em parte dos agricultores vindos do Sul do país seus portadores. Não se deve esquecer que uma parcela dos fazendeiros “gaúchos” que ocuparam o Matopiba são agricultores familiares

que se capitalizaram ao longo de três gerações e souberam aproveitar os incentivos públicos. O problema é que, junto deles, um grupo numeroso de velhos latifundistas também soube aproveitar os mesmos instrumentos e se mesclaram a essa classe de empreendedores individuais. Esse grupo de latifundistas pouco ou nada produz, mas se vale do poder político alicerçado na propriedade fundiária e no que ela significa como fonte de poder simbólico para transformar estes trunfos em formas de barganhar com o Estado benefícios que compensam sua ineficiência. A grilagem de terras e as reiteradas negociações de dívidas junto ao sistema financeiro, assumidas pelo Tesouro da União, são as faces mais conhecidas desta parte do empresariado que fazem com que, junto do Estado empreendedor, como chamado por Mazzucatto (2015), aquele que cria condições para que o investimento privado possa se instalar, se faça presente o velho Estado patrimonialista, aquele que atua não em prol de valores e benefícios sociais e universais, mas reproduzindo as condições e formas de dominação de setores tradicionais que teimam em se manter presentes em cada momento da história. O Matopiba é a síntese de todos estes processos, desta mescla nem sempre louvável que envolve interesses privados e a apropriação de recursos e incentivos públicos.

Box 1: O empreendedorismo “gaúcho”, o Estado empreendedor e o Estado patrimonialista

Nova Santa Rosa - Em um dos municípios mais destacados na produção de soja nas últimas décadas, Uruçuí, no sul do Piauí, se encontra um distrito local apresentado por muitos como símbolo da ocupação daquele território: Nova Santa Rosa. Sua gênese envolve a chegada da primeira leva de agricultores sulistas, os “gaúchos”, como são chamados ali, em fins dos anos 1990. O caso é narrado como uma típica história de empreendedorismo heroico. Algumas dezenas de famílias chegaram provenientes do Rio Grande do Sul, organizados pela cooperativa do município de origem, onde o esgotamento da fronteira agrícola só deixava aos filhos de agricultores a alternativa de migrar. Contrariaram conselhos e pedidos de familiares que consideravam loucura sair de sua terra natal rumo a um lugar desconhecido, distante e sem estrutura ou garantias. Ao chegar, passaram algum tempo vivendo sob barracas de lona. Eles mesmos criaram escolas, compraram geradores, abriram estradas. Os lotes iniciais tinham 300 hectares. A maioria das famílias que ainda estão no local tem atualmente entre 2 e 7 mil hectares. São chamados de “pequenos produtores”, quando comparados com outra área, no mesmo município, onde predominam propriedades bem maiores. Tudo isso, no entanto, só foi possível porque programas governamentais como o Prodecer criaram as bases para tal movimento de fronteira, com a adaptação das tecnologias de cultivo viabilizadas pela Embrapa, as condições de financiamento operadas por meio do Sistema Nacional de Crédito rural entre outros aspectos. Tais fatores tornaram atrativa a expansão da produção da soja e do milho nestas novas áreas de fronteira, atraindo estas famílias em busca de terras boas e baratas.

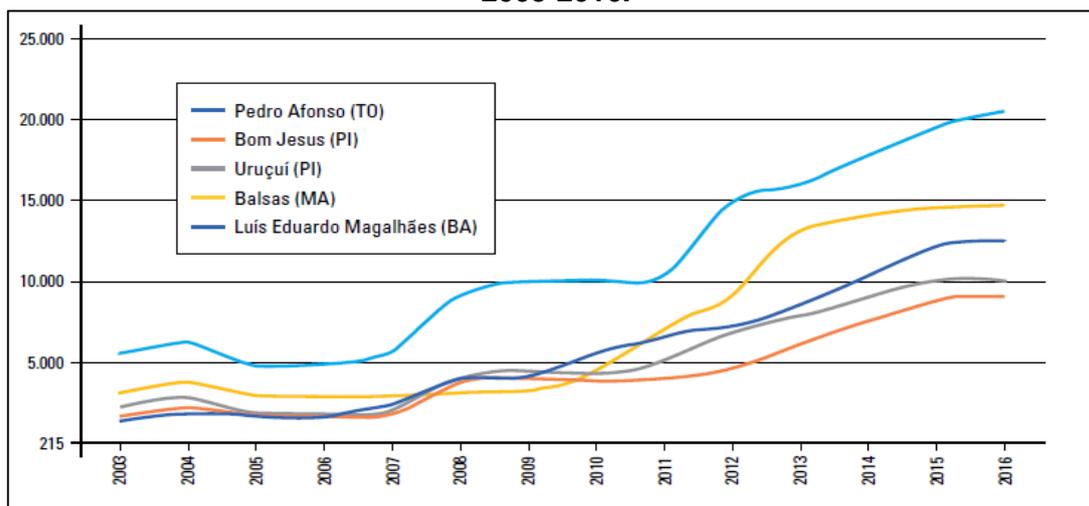
O outro lado no Sul do Piauí e Maranhão - A história recente no mercado de terras do Piauí, no entanto, remonta aos anos 1970, quando o governo estadual criou uma empresa de economia mista para distribuir terras ao setor privado. Em 1976 foram alienadas extensas áreas. Calcula-se algo em torno de dois milhões de hectares em cinco diferentes frentes naquela região. Estas áreas foram repassadas a particulares em glebas de até três mil hectares para pessoas físicas, e até vinte e cinco mil hectares para pessoas jurídicas. A motivação inicial era transformar aquela porção do território, até então com baixa dinâmica econômica ligada à pecuária extensiva, em polos de produção e beneficiamento de caju e produção de madeira. Anos mais tarde foi criado também o Instituto de Terras do Piauí, para realizar a distribuição de áreas menores, nas partes baixas. Ambos os projetos econômicos nunca foram adiante. Serviram apenas para colocar no mercado um amplo estoque de terras e para viabilizar o acesso de grandes fazendeiros e empresários a recursos subsidiados de bancos públicos, que emprestaram dinheiro em condições muito favoráveis, sem nunca receber de volta boa parte daquelas operações. Quando chega o movimento de expansão da fronteira agropecuária, como no caso dos “gaúchos” de Nova Santa Rosa, a região vive um emaranhado de posses e títulos, emitidos por ao menos cinco atores públicos diferentes: a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (CODEPI), os cartórios dos municípios, prefeituras municipais, o Instituto de Terras (INTERPI), além do próprio Judiciário. Grandes empresas como a SLC Agrícola, SLC Land Co. e a Radar S/A possuem terras no sul do Piauí. Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), a Radar é uma empresa resultante da sociedade entre a Cosan S/A e o fundo de pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association of America – College Retirement Equities Fund). A SLC Agrícola S/A (sigla da Schneider Logemann Company) atua em todo o Matopiba. A SLC Land Co. é o braço imobiliário da SLC Agrícola S/A, em sociedade com o fundo de investimento inglês Valiance Capital. Estas empresas adquiriram terras na última década e meia, a partir de fazendas formadas no período anterior por colonizadoras que respondem a processos judiciais por grilagem, como é o caso da Codeca – Colonizadora De Carli, muito atuante no sul do Maranhão.

E as populações tradicionais? A história se repete, agora em Campos Lindos, Tocantins – Naquele município situado na divisa com o Maranhão as comunidades tradicionais se situam às margens das grandes fazendas de soja que hoje dominam o local, distantes cerca de uma hora e meia do núcleo urbano mais próximo. As histórias ouvidas repetem um mesmo roteiro: por gerações estas pessoas viveram ali, morando principalmente nas partes mais baixas, por onde passam os cursos d’água, cultivando seus pequenos roçados, criando o gado solto em áreas de uso comum. Até que, pouco mais de uma década atrás, o governo estadual resolveu implantar um projeto que prometia atrair investimentos externos. O suposto dono anterior das terras, apesar de improdutivas e praticamente sem benfeitorias, foi indenizado pelo Estado em valores muito superiores aos usuais. Os novos donos adquiriram as terras, agora públicas, mediante pagamento de um valor irrisório comparado aos preços praticados no mercado. Resultado: ganhou uma pequena fortuna o antigo proprietário de terras improdutivas, graças às indenizações; ganharam uma enorme valorização patrimonial os novos proprietários, ao adquirir vastas extensões a preços simbólicos; perdeu o Estado e, por conseguinte, a sociedade como um todo, que praticamente transferiram recursos públicos a estes velhos e novos proprietários fundiários; e perderam as populações locais, que vem sendo desde então privadas dos meios que até então garantiam sua sobrevivência. Um típico caso de funcionamento do patrimonialismo envolvendo as relações entre público e privado no Brasil. Reportagens e relatos dão conta de que entre os novos proprietários estão a família da ex-Ministra da Agricultura e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Katia Abreu e também um antigo dirigente da cooperativa de produtores rurais de Tocantins. Nenhum deles mora nas fazendas ou mesmo na sede do município, bastante precária, até recentemente sem contar sequer com agência bancária, apesar de ser um dos maiores produtores de soja do estado. Um bom indicativo de como muito pouco da riqueza produzida permanece no território. Este é o amálgama que envolve o empreendedorismo privado, o empreendedorismo estatal e as velhas bases do Estado patrimonialista. Tudo isso é o Matopiba.

Uma nova etapa da formação territorial: internacionalização e financeirização dos ativos ambientais

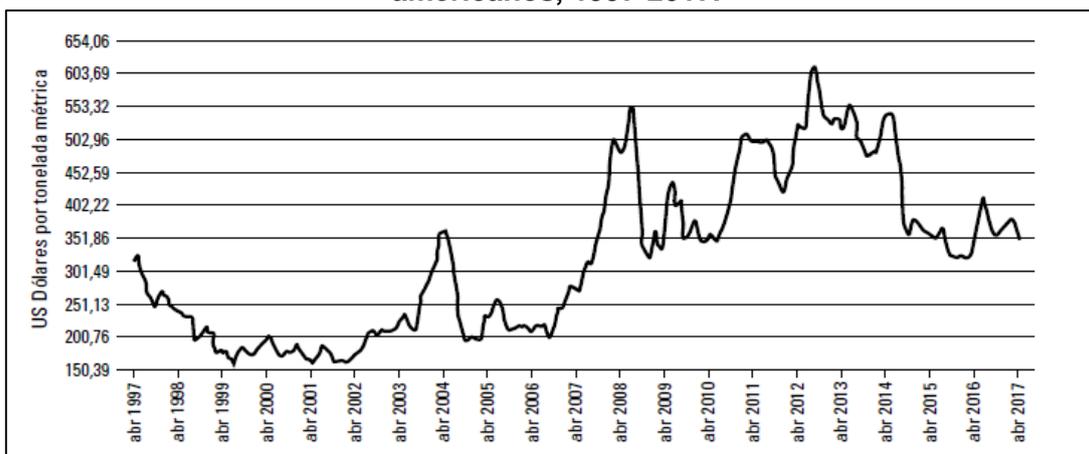
A segunda conclusão a que se pôde chegar no estudo diz respeito à imagem pública do Matopiba, como símbolo da expansão e da pujança do agronegócio *nacional*. Esta etapa, ao que tudo indica, está sendo deixada para trás; ou, se ainda é forte como discurso, no mínimo tal imagem vêm perdendo aderência à realidade. É importante sublinhar esta constatação porque parte da legitimidade conferida ao atual modelo econômico daquela região repousa justamente na afirmação deste interesse *nacional*: haveria custos sociais, mas esse seria um preço a pagar para afirmação de uma atividade empresarial levada adiante por produtores rurais representantes do gigantismo brasileiro na agropecuária. Ora, o que se observa é que, mais acentuadamente desde a crise financeira internacional, que eclodiu em 2007/2008, vem se moldando um novo momento na formação territorial, agora marcada por crescente internacionalização e financeirização dos ativos ambientais locais – terra, água e florestas. É verdade que os dados disponíveis são poucos e que o conhecimento acumulado e comprovado sobre este tema é ainda incipiente. Mas foi possível reunir um conjunto de evidências diretas e indiretas sobre a região que apontam para a crescente presença do capital internacional, ainda que de maneira velada, de forma a burlar as restrições da legislação para a aquisição de terras por estrangeiros. Foi possível também verificar de que forma os recursos naturais vão se descolando da sua função eminentemente produtiva para ter sua valorização determinada por um conjunto de outros processos moldados especificamente na esfera financeira e que podem envolver alto teor de especulação, como no caso das operações de securitização e contratação de mercados futuros, baseados em projeções de demanda e preços de mercado. Aspectos que vão muito além de fatores determinados pela produção e por mecanismos de oferta e demanda por *commodities*. O box 2 a seguir traz algumas informações sobre a presença destes grupos estrangeiros e os gráficos 1 e 2 indicam o relativo descolamento que há entre os preços das *commodities* e a valorização das terras. Os trabalhos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), Castilho, Bassi e Vendrame (2017), Dulci, (2017), entre outros, abordam com detalhes as injunções entre a dinâmica do setor financeiro e como isto leva à valorização dos ativos naturais no Matopiba.

Gráfico 1: Preços de terra de alta produtividade no Matopiba em reais por hectares, 2003-2016.



Reproduzido de Pitta, Boechat & Mendonça (2017), elaboração original de Débora Lima, a partir do Informa Economics/FNP. Preços corrigidos pelo IGP-M para abril de 2015. Atualização para os anos de 2015 e 2016 por Tim Steinweg e Hilde van Dijkhorst (AidEnvironment-Holanda).

Gráfico 2: Evolução anual do preço da soja na bolsa de Chicago, em dólares americanos, 1997-2017.



Reproduzido de: Pitta, Boechat & Mendonça (2017) com base em Banco Mundial, 2017.

Box 2: A crescente presença do capital financeiro e dos grupos internacionais controlando a terra e outros ativos ambientais no Matopiba

A presença do capital internacional na história da agropecuária brasileira não é recente. Então, o que há de novo neste processo? Segundo Dulci (2017), pelo menos duas características particularizam a situação atual. De um lado o *boom* de investimentos em terras em diferentes partes do mundo, de outro, vê-se que ele ocorre associado à multiplicidade de instrumentos financeiros disponíveis para sua realização e de agentes envolvidos nas transações. Lembra a autora que este cenário acontece junto com as crises hídrica, energética e climática e as crescentes preocupações com a segurança e a soberania alimentar das nações, questões cada vez mais presentes na agenda internacional. Mais ainda, é preciso também ter em mente os desdobramentos da enorme instabilidade provocada pela crise financeira que eclodiu em 2007/2008, com destaque para a reorientação de parte dos investimentos financeiros em direção a mercados e opções mais seguras e mais associadas a ativos materiais. Dados do Banco Mundial (2010) mencionados pela autora apontam que antes de 2008, a comercialização de terras crescia em média 4 milhões de hectares por ano. Entre 2008 e 2009, a demanda cresceu e mais de 56 milhões de hectares agrícolas foram comercializados, sendo mais de 70% concentrados na África. Números estes que podem estar subdimensionados, já que os governos têm frágil controle sobre as práticas de aquisições indiretas, que contornam as legislações nacionais. Estes fenômenos guardam, portanto, interdependência com os preços das *commodities* agrícolas e, conseqüentemente, das terras. Mas os preços, na atualidade, refletem mais do que a relação entre oferta e demanda destes produtos. Eles espelham também as condições e os custos de transporte, de armazenagem, de financiamento, a atuação de grandes empresas no processamento e na comercialização, e também as oscilações dos mercados de preços futuros. Informações sobre riscos, retornos e incertezas são fundamentais na montagem das carteiras de investimentos que, como aponta Dulci (2017), se comportam hoje como verdadeiros mosaicos de ativos financeiros. Os mercados de futuros, operações de securitizações (*hedgings*) já são o cotidiano do comércio das safras de *commodities* agrícolas a nível global. E é aí, segundo ela, que se apresenta a dimensão especulativa. Em suas palavras, na medida em que é fator de produção, mas também reserva de valor, a terra cria riqueza por meio de um processo de apreciação passiva que lhe confere simultaneamente as características de ativo produtivo e financeiro. Se a interdependência dos cultivos agrícolas com demais atividades dos complexos agroalimentares já é realidade desde o alavancar do processo de modernização da agricultura e a integração de capitais que foi promovido desde então, o que se destaca no período recente é a crescente participação dos setores não originalmente ligados ao agro, cada vez mais atraídos por esta valorização, como é o caso do capital imobiliário, os já citados fundos de investimentos, as empresas de promoção de serviços ambientais, para citar apenas alguns. Castilho, Bassi e Vendrame (2017) listam a presença de nada menos do que 38 empresas do agronegócio que contam com participação de capital internacional nos quatro estados do Matopiba, algumas delas envolvendo grupos e investidores como George Soros, Mitsubishi, JP Morgan, Credit Suisse, J. Safra, TIIA-Cref, entre tantos outros.

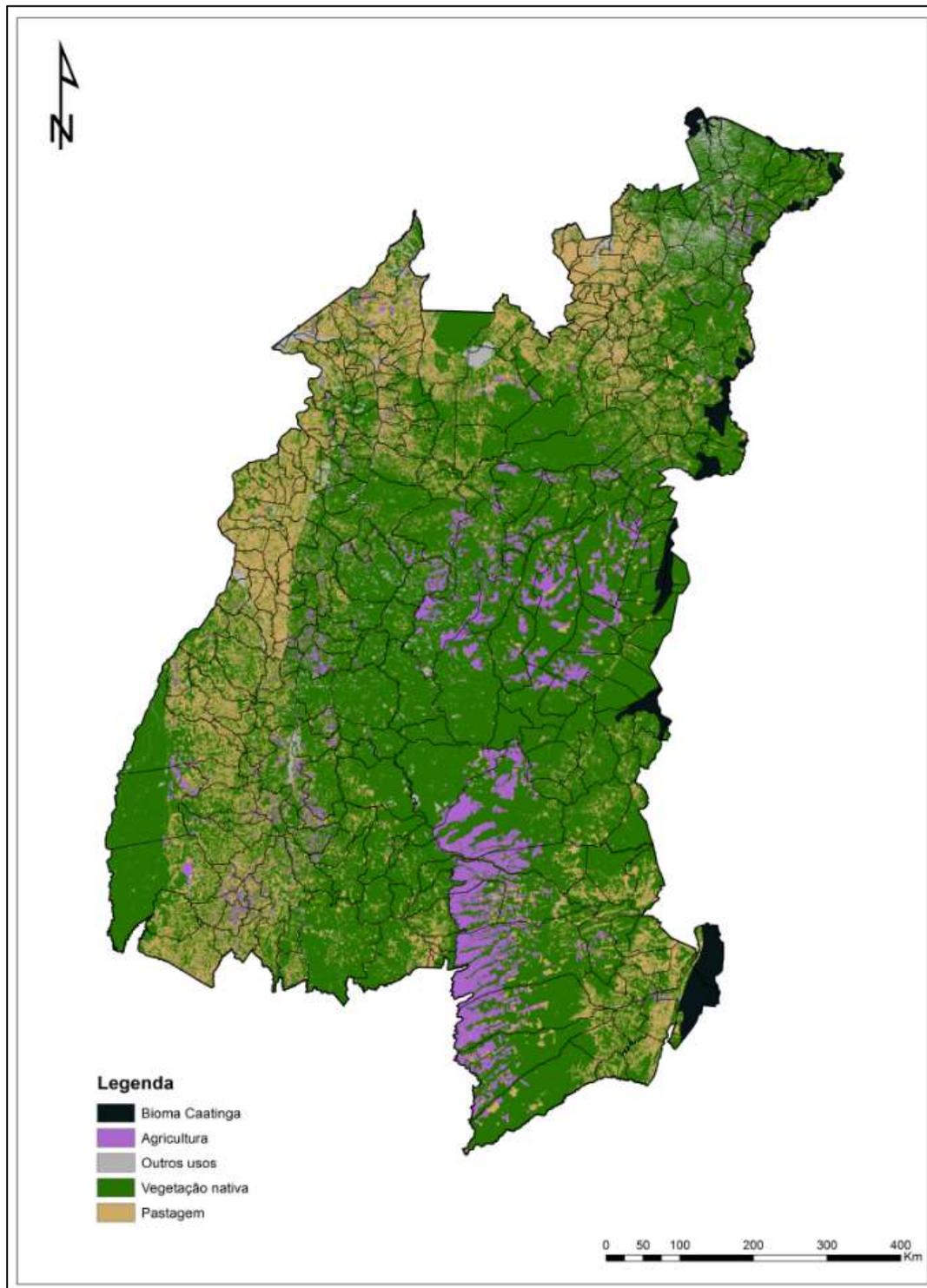
O resultado final deste agregado de fatores é uma condição na qual as formas de controle sobre estes recursos e sobre seu valor vão sendo cada vez menos determinadas por grupos econômicos nacionais ou mesmo pelo Estado brasileiro, com efeitos sobre a soberania territorial e sobre a segurança alimentar do país. Mas não se trata, vale destacar, somente de um problema político. Importam também para os impactos econômicos e sociais da atividade agropecuária no território. São muitos diferentes os fluxos criados e sustentados por uma rede de produtores que, mesmo cultivando em larga escala, residem no território e mantêm laços com a população, com o comércio ou com o poder local, daqueles que se estabelecem a partir de grandes conglomerados cuja relação com o espaço de produção é de mera extração de rendas que não dinamizam a economia dos municípios. Com isso, tende a ser ainda maior concentração, não só da produção, como da riqueza e dos seus efeitos sociais. As conseqüências destas mudanças sobre o desenvolvimento territorial tendem a ser severas, à medida que significam uma maior drenagem da renda para fora do espaço regional, esterilizando ainda mais o tecido econômico e social local, como se verá na seção seguinte. Finalmente, significa ainda uma mudança no perfil dos produtores, com tendência à concentração da propriedade fundiária e à exclusão dos chamados “pioneiros gaúchos” do

Matopiba. Tal processo, claro, não se faz sem conflitos, como será mencionado na quarta conclusão, que diz respeito justamente às contradições do modelo em questão.

Sobre os impactos socioeconômicos: quatro Matopibas

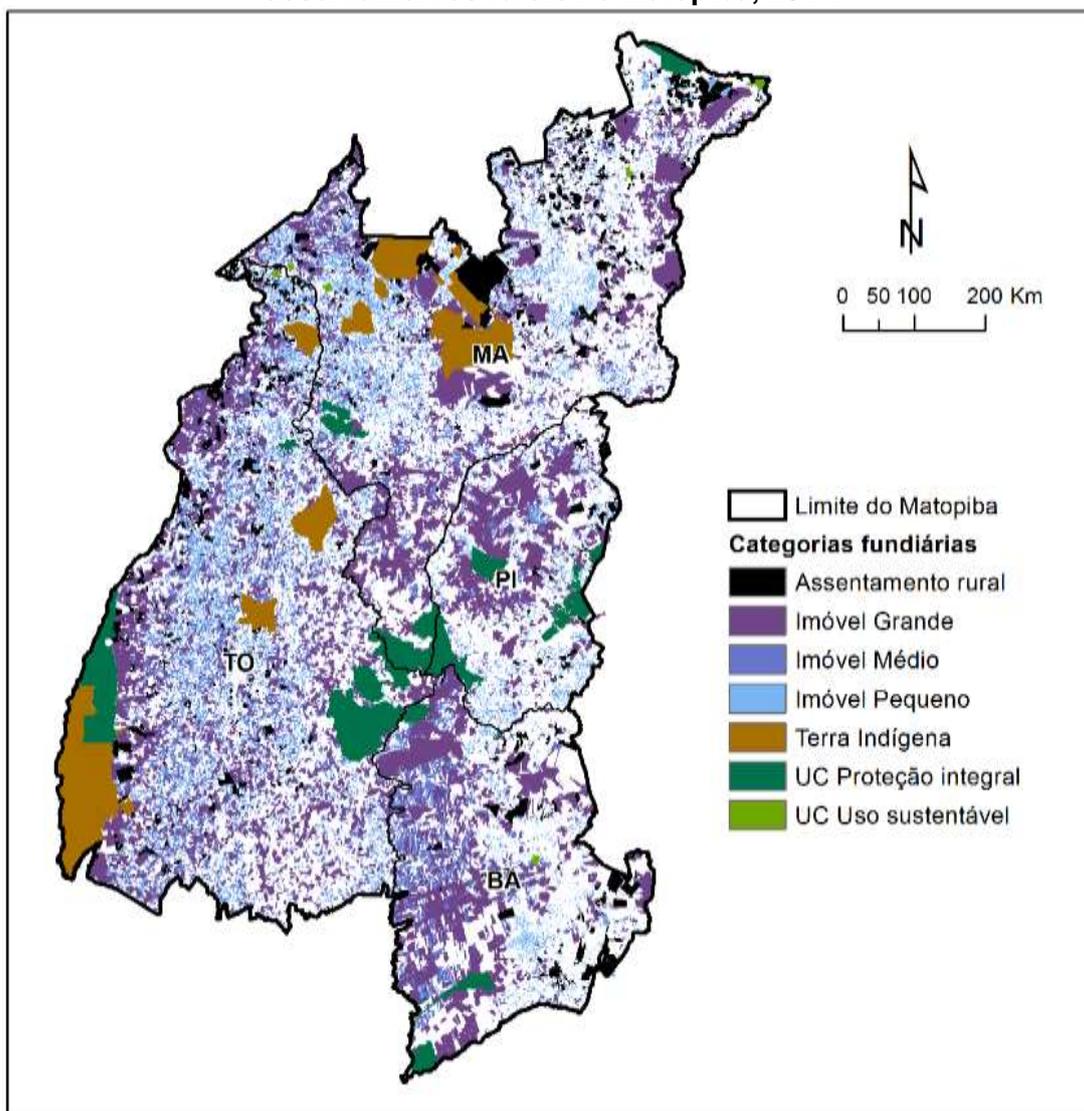
Antes de passar ao tema dos conflitos, e para melhor compreendê-los, cabe mencionar a terceira conclusão, que diz respeito especificamente à heterogeneidade dos impactos socioeconômicos deste modelo. Dois indicadores refletem o lado mais conhecido: o desmatamento e a concentração produtiva. Sobre o desmatamento, na introdução deste artigo já foram mencionados alguns dados que indicam a magnitude do problema. A figura 3 a seguir permite visualizar o padrão atual de ocupação do solo na região. Quanto à concentração produtiva, também já foi dito que apenas sete das trinta e uma microrregiões produziam metade do PIB regional. Na safra 2013/2014 a região produziu 18,6 milhões de toneladas de grãos. Na produção da soja a concentração é ainda maior: apenas cinco microrregiões produziam $\frac{3}{4}$ da produção regional (Embrapa, 2017). Toda esta produção é muito concentrada não somente em termos regionais, mas também no que diz respeito aos segmentos que compõem a estrutura agrária do Matopiba. A figura 4 mostra como o território é ocupado pelas diferentes classes de imóveis: grandes, médios e pequenos, e onde estão as áreas de conservação e terras indígenas.

Figura 3: Mapa da cobertura e uso do solo no Matopiba, 2017.



Elaborado por Piatto e Inakake (2016), reproduzido de Buzato et al. (2018).

Figura 4: Mapa com imóveis rurais, terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos rurais no Matopiba, 2017.



Elaborado por Piatto e Inakake (2016), reproduzido de Buzato et al. (2018).

Alves & Souza, citados em Embrapa (2017), destacam, com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), que existem na região 250.238 estabelecimentos no Matopiba, o que corresponde a 5,7% do total de estabelecimentos existentes no Brasil. Destes, 15% têm menos do que 100 hectares, e outros 85% têm mais do que 100 hectares. Os autores dividem estes estabelecimentos em quatro classes:

Classe 1, formada pelo que eles chamam de estabelecimentos “**muito pobres**”. São 80% do total e geram apenas 5,22% da renda monetária bruta da região. Estão presentes em todos os 337 municípios.

Classe 2, formada pelo que os mesmos autores chamam de estabelecimentos “**pobres**”. São 14% do total e geram 8,35% da renda monetária bruta da região. Estão presentes em 330 municípios.

Classe 3, formada por um segmento intermediário chamado pelos autores de “**classe média**”. São apenas 5,79% do total. E geram 26,74% da renda monetária bruta e estão mais concentrados em algumas microrregiões.

Classe 4, formada pelo que os autores chamam de “**classe rica**”. Reúne apenas 0,42% dos estabelecimentos, 1.051 produtores, e respondem por 59,78% da renda monetária bruta da região. Ali a renda bruta mensal é superior a 200 salários mínimos.

A concentração é tão brutal que, segundo a mesma fonte, se fosse possível multiplicar o padrão experimentado no grupo 4, apenas 1.709 produtores poderiam gerar – e, obviamente, se apropriar – de toda a renda produzida no Matopiba. A julgar pelo movimento concorrencial que se experimenta na região hoje, com aumento crescente dos custos e dificuldade em se manter na atividade por parte dos produtores menores, este raciocínio não é despropositado. Resta saber o impacto disto na economia regional, que não depende só da produção, mas de como parte dela alimenta ou não os fluxos locais e, por aí, afetam a maior parte da população.

O desempenho destes dois indicadores anteriores é, ao menos em parte, assumido pela retórica dominante do agronegócio no Matopiba. Porém, argumentam que haveria uma contrapartida positiva que compensaria a concentração produtiva e a degradação florestal: a riqueza gerada estaria dinamizando a economia local e alterando positivamente os indicadores socioeconômicos. Para aferir a veracidade deste argumento foram analisados mais de setenta indicadores de base municipal aplicados ao território. Ao final, foram selecionados para a elaboração de uma tipologia territorial indicadores cobriam as seguintes dimensões: a) demografia; b) PIB; c) renda; d) desigualdade; e) pobreza; f) esperança de vida; g) mortalidade infantil. A leitura agregada destes indicadores mostra que não há um, mas ao menos quatro Matopibas. Estes quatro grupos são resumidos como segue:

Grupo A – Municípios com alta produção e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios ricos**.

Grupo B – Municípios com alta produção e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios injustos**.

Grupo C – Municípios com produção baixa e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios saudáveis**.

Grupo D – Municípios com produção baixa e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios pobres**.

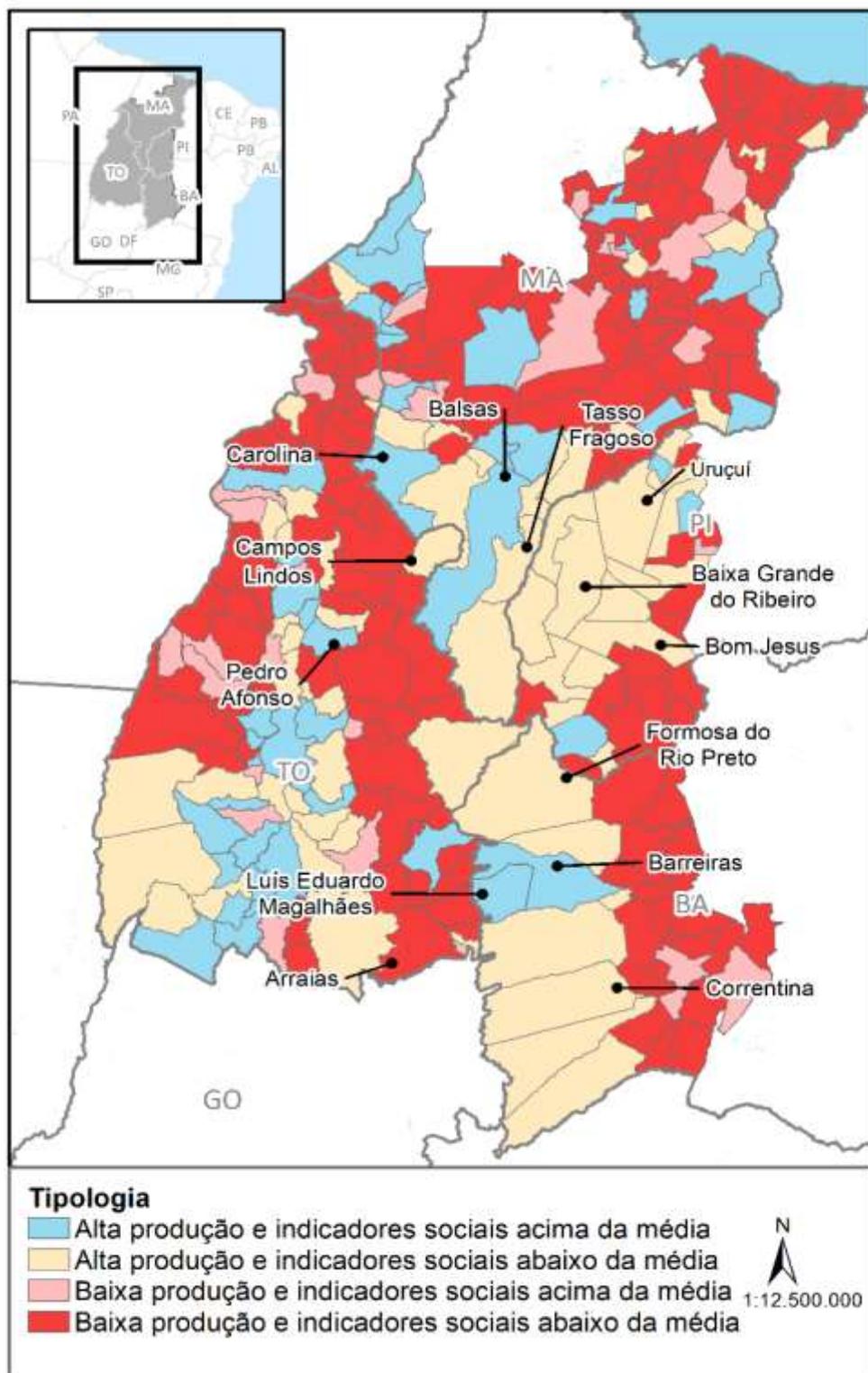
A tabela 1 a seguir mostra a quantidade de municípios classificada em cada um destes tipos acima descritos. E na continuação, a figura 5 permite ver sua distribuição espacial no território do Matopiba.

Tabela 1: Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar

Tipo	Matopiba	Tocantins	Maranhão	Piauí	Bahia
A – Ricos	45	21	19	3	2
B – Injustos	67	27	18	15	7
C – Saudáveis	29	15	10	1	3
D – Pobres	196	76	88	14	18
Total de municípios	337	139	135	33	30

Elaboração dos autores com base de dados IBGE (2011/2018).

Figura 5: Mapa de tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar.



Elaboração dos autores com base de dados IBGE (2011/2018).

O que se nota da tabela 1 é que o Grupo A, dos municípios ricos, que corresponde à imagem ideal do Matopiba, aquela onde a alta produção é acompanhada da expansão do

bem-estar, reúne apenas 45 dos 337 municípios. Entre os municípios que apresentam alta produção, a maior parte deles apresenta indicadores sociais ruins, conformando o grupo B, dos municípios injustos: ali estão 67 municípios. O grupo mais numeroso é o D, dos municípios pobres, nos quais tanto a produção como os indicadores sociais são sofríveis: este grupo reúne 196 municípios, quase dois terços do total. E vê-se, por fim, que há as exceções: o grupo C, dos municípios saudáveis, onde estão meros 29 municípios. Nestes os indicadores sociais são bastante positivos, apesar da ausência de uma produção significativa. Esta síntese dos dados secundários mostra claramente que os municípios que conseguem associar elevada produção e indicadores de bem-estar acima da média não são a maioria no Matopiba. O que prevalece, ao contrário, são justamente os municípios mais pobres, com baixa produção e baixos indicadores de bem-estar. Mesmo na maior parte dos municípios que apresentam indicadores de produção altos predominam os indicadores de bem-estar abaixo da média. Em síntese, em termos espaciais, existe mais pobreza e injustiça do que riqueza no Matopiba.

Esta tipologia permitiu refutar também o argumento de que a concentração dos bons indicadores seria algo esperado em uma região marcada por dinamismo econômico ainda recente. Para alguns seria de se esperar que os efeitos positivos só se fizessem sentir em um conjunto amplo de municípios à medida que o dinamismo irradiasse para um número mais expressivo de localidades. O que se demonstrou é que não se trata de uma questão temporal, pois mesmo nos municípios que experimentam um dinamismo já mais antigo, inaugurado à mesma época dos municípios que alcançaram os melhores indicadores, a maioria não traduz o bom desempenho visto na geração de riqueza em bem-estar. O problema é, portanto, relativo à estrutura do desenvolvimento territorial. Fica claro que a concentração dos melhores indicadores é inerente ao modelo ali experimentado. Em função da concentração da produção e da especialização da economia, não se criam as condições para que a riqueza produzida transborde para o entorno de alguns municípios centrais. Ao contrário, é preciso que ela esteja concentrada nestes municípios pois ali residem produtores e uma elite que gera sua renda nos municípios do entorno, mas canaliza os fluxos para o município mais central, porque somente nestes locais ocorre uma densidade de população e de riqueza que incentiva a diversificação do tecido econômico. Nos demais, isso se torna impossível justamente por conta da concentração.

Em termos teóricos, esta constatação se apoia nos achados de programas de pesquisa recentes sobre dinâmicas territoriais rurais em perspectiva internacional e comparada (Berdegué, Escobal & Bebbington, 2015-a; Berdegué, Escobal & Bebbington, 2015-b), segundo a qual a performance socioeconômica é tributária de cinco fatores chave: i) as **formas de acesso e uso dos recursos naturais**, que no caso do Matopiba, por serem historicamente concentradas nas mãos de pequenos grupos, e fortemente restritivas para a

maioria da população original deste território, cria uma barreira de entrada aos atores sociais locais e que se traduz em uma posição meramente subordinada, sem os recursos materiais e políticos necessários a influenciar nos rumos da vida econômica e social; ii) o **acesso a mercados**, que no caso do Matopiba, ao propiciar a venda de produtos em mercados valorizados e dinâmicos, propicia a geração de riquezas que responde pelo dinamismo econômico do território; iii) a **estrutura produtiva**, que por basear-se em formas concentradas de acesso aos recursos naturais, não alcança diversificação e desconcentração capazes de beneficiar amplos setores da sociedade local, ao contrário, esta estrutura produtiva permanece altamente especializada em um ou poucos produtos, aqui a soja; iv) a **relação com cidades**, que no caso do Matopiba engendra a formação de poucos e frágeis centros regionais, caso de LEM/Barreiras na Bahia ou de Balsas no Maranhão, isto porque a riqueza produzida é muito concentrada e não permite a formação de uma classe média empreendedora local, que levaria à dinamização de mais e mais promissores centros urbanos; parte do excedente gerado é gasto fora do território, dificultando a endogeneização da riqueza que levaria ao fortalecimento do tecido urbano e à diversificação das atividades econômicas; v) finalmente, as **políticas públicas**, quinto elemento do quadro interpretativo, não atuam na direção de reverter os quatro aspectos anteriores, mas sim de aprofundá-los. O resultado é a formação de um tecido social e econômico no qual os **ativos necessários** a participar da vida social e econômica em condições de influenciar seus rumos são igualmente concentrados em uma **coalizão social** bastante restritiva, gerando um mecanismo de causalidade circular que reitera as opções tomadas ao longo da história regional. Isto é o que torna difícil catalisar os conflitos existentes e inegáveis e torna-los a base para a emergência de novas narrativas e modelos alternativos, como mostra o próximo tópico.

Ainda sobre este aspecto ficou demonstrado que há uma clivagem no desempenho dos indicadores que recoloca o tema das relações entre Estado e mercado. O pior desempenho do Matopiba ocorre justamente nos indicadores que dependem do acesso a rendas monetárias: pobreza monetária e desigualdade de renda. E o melhor desempenho acontece naqueles indicadores para os quais o gasto governamental no provimento de serviços e de infraestrutura social é mais determinante: esperança de vida, matrículas no ensino médio, mortalidade infantil. Isto reforça não só a ideia de que o Estado é um ator fundamental na moldagem dos indicadores de desenvolvimento do Matopiba, mas também que o próximo período pode significar algum recrudescimento das condições de vida, já que mudou o padrão de investimento governamental após a crise econômica do meio desta década.

Conflitos fundiários, por recursos hídricos e conflitos intraelites

Neste tópico, e isto envolve a quarta conclusão, são abordadas várias ordens de conflitos, em especial, ao menos três tipos: os conflitos fundiários, tendo por protagonistas grileiros e, em menor grau, grupos empresariais, de um lado, e populações tradicionais de outro; segundo, menos comum, mas em número crescente e com grande potencial de envolver maiores contingentes populacionais envolve a questão hídrica; terceiro, ocorre no Matopiba um terceiro tipo de conflitos, este fortemente negligenciado pela literatura, um conflitos intraelites.

Os conflitos fundiários e trabalhistas são a face mais conhecida. Dados da CPT (2016) apontaram a ocorrência de 505 conflitos deste tipo nos quatro estados do Matopiba, envolvendo um total de 236 mil pessoas. Para compreender esta dinâmica é preciso ter em conta que a ocupação das áreas desta região pela produção de grãos priorizou as porções mais altas do território, os chamados “chapadões”, mais planos, com boas terras e relevo propício à mecanização. Em alguns estados, como na Bahia, estas terras altas eram usadas pela população que vivia nas partes baixas, tanto para a extração de raízes e frutos como, principalmente, para a criação do gado solto durante certas épocas. Aí deu-se um primeiro tipo de conflito fundiário. Em outros estados essa prática de uso comum não existia. Em ambos os casos as populações das partes baixas, onde estão os rios que nascem no Matopiba passaram a sofrer também com a disputa por estas terras onde residem e cultivam. Isto ocorre porque parte destas áreas passam a ser reivindicadas pelas empresas situadas nas partes altas como reserva legal. Como a vegetação nas partes altas foi, em grande parte, suprimida, para cumprir com o que exige a legislação é necessário recorrer à vegetação nativa que ainda está preservada nas partes baixas, ainda não alcançadas pelas lavouras comerciais, mas onde vivem, criam e plantam as populações tradicionais, usando suas técnicas ancestrais ou outras mais recentes, mas de menor escala. Os representantes do setor patronal argumentam que este tipo de conflito hoje seria bastante localizado, o que é, no mínimo, controverso. Mas o pior ainda pode estar por vir. Membros do poder público e mesmo lideranças empresariais argumentam que a crescente escalada dos custos de produção, somada à relativa estabilização dos preços das commodities no mercado internacional, juntos, estão comprimindo a margem de lucro dos agricultores, sobretudo os menores (ou não muito grandes). Diante disso, uma alternativa é a diversificação da produção, adotando sistemas como a integração lavoura-pecuária. Com isto, as terras dos “baixões”, antes inviáveis para a agricultura comercial, podem vir a ser objeto de investimento no futuro próximo, para criação animal. Se isto vier a ocorrer, uma nova onda de conflitos poderá surgir, pois é nessas áreas que habitam as populações tradicionais, é ali que se encontram os remanescentes das florestas, e também por ali correm os rios que abastecem boa parte dos

quatro estados. Em alguns locais, como no Piauí, a Vara Agrária está atenta ao problema e afirmou estar buscando formas de se antecipar a este movimento, com uma iniciativa que buscará priorizar a regularização fundiária justamente nestas áreas de possível expansão. Em outros locais isto ainda é apenas uma possibilidade cogitada sobretudo pelo setor empresarial, sem estratégia de antecipação por parte de outros setores sociais como o Ministério Público ou as organizações de trabalhadores rurais.

Um segundo tipo de conflito, que tende a ser crescente e de grande repercussão, envolve os recursos hídricos locais. Inicialmente este tipo de conflito é desencadeado tendo por portadores as comunidades tradicionais afetadas pela menor disponibilidade de água, resultado do uso excessivo deste recurso pelo agronegócio, em especial nas práticas de irrigação. Mas, em um momento posterior é toda a população dos municípios que simpatiza com as reivindicações das comunidades de agricultores, já que o problema da escassez e da qualidade da água vem sendo sentido inclusive nos núcleos urbanos dos municípios. Estes recursos têm se tornado escassos em função do alegado uso excessivo na irrigação das lavouras, como se acusou no recente episódio ocorrido em Correntina, no Oeste baiano, no segundo semestre de 2017. Riachos e cursos d'água estão secando. E muitos deles podem estar contaminados por agrotóxicos usados nas lavouras. No caso de Correntina parte da população urbana local apoiou o movimento dos agricultores, pois a escassez e o comprometimento da qualidade da água já são sentidos na cidade, mostrando o potencial que existe em trazer estes segmentos para a mesma coalizão de que fazem parte comunidades tradicionais e ambientalistas se os problemas continuarem a crescer. A melhor prova de que se trata de um tema explosivo é o fato de que as próprias organizações patronais como a AIBA estão promovendo – com recursos de um fundo público criado a partir de renúncia fiscal, o Prodeagro – um estudo conduzido pela Universidade de Nebraska (EUA) sobre a disponibilidade do Aquífero Urucuia, que tem sua maior porção situada em território baiano e do qual dependem seus associados para a prática da irrigação. Dois fatores podem agravar os conflitos hídricos: o recrudescimento das mudanças climáticas, pois boa parte das regiões produtoras hoje já estão próximas do limite mínimo de chuvas para que se possa produzir sem irrigação, e a perspectiva é de diminuição do volume de precipitações com as alterações em curso; o avanço da pecuária sobre os “baixões”, o que pode comprometer as áreas às margens dos rios.

O terceiro tipo de conflito, intraelites, se expressa por ao menos três formas. Envolve as contradições de interesses entre frações das elites empresariais nacionais locais, ou pode tomar a forma do conflito entre esses empresários nacionais e a ameaça de controle dos recursos por grupos estrangeiros, ou outras vezes envolve a oposição entre os empresários do agronegócio e as elites políticas locais.

Os conflitos entre frações da elite empresarial são algo conhecido de quem acompanha a dinâmica do setor patronal da agropecuária brasileira. Basta lembrar que a mudança no comando do Ministério da Agricultura do país, com Blairo Maggi à frente da pasta após a ascensão de Temer, trouxe certa descontinuidade em relação à prioridade que vinha sendo dada ao Matopiba na gestão de Katia Abreu. Também são conhecidas as divergências entre lideranças empresariais quanto a temas como a Moratória da Soja ou a certificação socioambiental: há os que rejeitam terminantemente tais instrumentos pois o desmatamento seria um direito do produtor, previsto em lei, há os que aceitam discutir sua adoção, desde que mediante clara compensação financeira que cubra o custo de oportunidade de não desmatar; e há os que afirmam ser necessário que o setor se prepare pois este tipo de exigências tenderá a ser crescente até tornar-se o padrão no setor, como defende, por exemplo uma liderança vinculada à Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte, ligado ao agronegócio.

Os conflitos entre os agricultores pioneiros e seus descendentes e os novos atores do mercado de terras e de grãos no Matopiba se situa na compressão das margens de lucro ocasionadas pela elevação do custos de produção num cenário de relativa estabilidade dos preços. Isto tem forçado os proprietários de áreas menores, inferiores a 10 mil hectares a buscar alternativas como a já mencionada integração lavoura-pecuária, ou a adoção de formas de gestão mais eficientes. Mas todos concordam que há uma tendência de concentração no setor, pois as empresas que possuem grandes áreas alcançam ganhos de escala e melhores condições de compra de equipamentos e insumos, compensando a taxa de lucro menor. Por que isto não eclode como um enfrentamento público entre os dois segmentos? Um dos fatores que permitem esse equacionamento das diferenças é justamente a expansão contínua da fronteira agrícola, que reiteradamente coloca novas terras no mercado fundiário, aliviando a pressão sobre aqueles setores pouco capitalizados que buscam nas novas áreas refúgio ante a pressão dos grupos mais capitalizados, que adquirem terras nas áreas mais antigas e melhor dotadas de infraestrutura. Desta forma o potencial de marginalização é transferido para as populações tradicionais e moradores das áreas de expansão. Se houver um fechamento da fronteira, no entanto, este conflito intraelite tenderia a se acirrar.

Por fim, o conflito crescente, embora ainda restrito, envolvendo o agronegócio e elites políticas locais no Matopiba. Aqui o problema central envolve o sistema tributário, que faz com que os pequenos municípios quase nada ganhem com a produção da soja, beneficiada pela isenção de impostos introduzida com a Lei Kandir, que isenta os produtos de exportação da cobrança de certos tributos. Até o momento as queixas são tímidas, seja porque parte das elites políticas vêm das elites econômicas locais, como é o caso sobretudo dos municípios polo, nos quais as secretarias de agricultura senão os próprios prefeitos têm vínculos com o

agronegócio; seja porque muitos gestores afirmam não haver alternativas ao agronegócio. Mas um contexto de restrição fiscal como este vivido nos anos mais recentes têm ampliado as queixas envolvendo a partilha das riquezas produzidas na região.

Sobre narrativas, atores e coalizões

A quinta e última conclusão do estudo, apresentada nesta seção, consiste em afirmar que é necessário ir além da leitura oferecida pela polarização que opõe, de um lado o agronegócio, e de outro os movimentos ambientalista e de trabalhadores, e, principalmente, de eu não há propriamente falando, uma narrativa que apresente um modelo alternativo para a região. Isto é, a oposição que hoje se apresenta no debate público envolve, de um lado, a defesa incondicional do modelo em curso, e de outro a sua reversão. A população local, no entanto, acaba aceitando ou sendo tolerante com os problemas vividos nos anos recentes justamente porque falta uma outra narrativa, que apresente possibilidades futuras, e não simplesmente o retorno a um passado no qual, igualmente, o bem estar era algo restrito.

No que diz respeito ao setor empresarial, portanto, o que se observa é uma narrativa baseada no mito do heroico empreendedor individual, na qual se esquece de todo o papel desempenhado pelo Estado na criação do Matopiba. O Estado, quando lembrado, aparece associado à ineficiência em prover a infraestrutura adequada à redução de custos e a estabilidade necessária aos investimentos privados. Outro forte componente do discurso empresarial é a ideia de cumprimento da lei, o que vale tanto para o desmatamento, a regularização fundiária com as determinadas reservas legais, como para o uso de agrotóxicos ou dos recursos hídricos. Este é um componente absolutamente central no discurso patronal e que contribui – tendo ou não correspondência na realidade local – para a construção do mito do empreendedorismo heroico do agronegócio. Situações de desrespeito dos limites legais são tratadas como exceções e relacionadas a imperfeições do ambiente institucional, nunca do comportamento empresarial. E as consequências dos problemas existentes, caso do desmatamento (legal), são apresentadas como custos inevitáveis do progresso generalizado promovido pelo setor. O calcanhar de Aquiles do setor são as situações que resvalam para condições de insegurança jurídica e que, por isso, podem implicar em restrições de acesso ao sistema financeiro ou a mercados mais exigentes, como foi o caso das alterações recentes na legislação e nos procedimentos de concessão das licenças ambientais na Bahia, situação em que o setor exigiu a flexibilização da lei, depois voltou atrás. Em casos assim, o setor se rende à necessidade de mudar comportamentos e práticas. A internalização de práticas socioambientais vai avançando, mas muito lentamente, no mais das vezes de forma restrita a algumas inovações como o plantio direto ou numa tímida abertura para se discutir compensações econômicas via certificação ou pagamento por serviços ambientais.

Quanto às comunidades tradicionais, o que se observa é um discurso de resistência, e, portanto, reativo, pautado na defesa de direitos, sem alcançar um questionamento ou a formação de uma narrativa alternativa ao modelo dominante. Em alguns casos, inclusive, a marca é certa resignação, como se a extinção dos modos de vida destas comunidades fosse mera questão de tempo, e tudo o que resta fazer é diminuir os danos para os que ainda se encontram nesta condição.

Sobre os atores públicos locais, dois aspectos chamam a atenção. Seu forte pragmatismo, admitindo por um lado a existência de excessos por parte do setor empresarial, mas de outro admitindo igualmente a impossibilidade de abrir mão deste setor, já que ele foi o responsável pela forte transformação econômica destes municípios, mesmo que o alcance desta transformação seja bastante restrito em seus efeitos benéficos frente à opulência do setor. O outro aspecto é o profundo desconhecimento dos gestores municipais a respeito do que se passa no mundo empresarial local. Simplesmente não há informações sistematizadas sobre quem são os produtores presentes no município, o que vem mudando na propriedade e no uso da terra. É como se as empresas constituíssem um território paralelo ao território sob a égide do poder público municipal. Mas, também aqui há um ponto vulnerável: muitos administradores municipais reclamam uma revisão do pacto federativo e da estrutura tributária que lhes permitisse ficar com uma parte maior da riqueza produzida localmente, algo que o sistema de arrecadação atual não permite.

No que diz respeito aos atores públicos estaduais, este pragmatismo é ainda mais exacerbado. A influência do agronegócio sobre os governos dos estados é grande, pois em geral estas regiões produtoras respondem por grande parte do produto bruto nessas unidades da federação. Mas também aqui é preciso olhar para as diferenças internas. Ao menos no caso de três dos estados do Matopiba, ao lado das secretarias da agricultura que se dedicam a apoiar o agronegócio, há secretarias de desenvolvimento rural ou equivalentes e que representam os interesses da agricultura familiar e das comunidades tradicionais. Claro que há forte assimetria entre estas secretarias, mas sua existência é reveladora dos antagonismos que permeiam também as estruturas governamentais e a burocracia pública. O mesmo vale para a atuação do Ministério Público, muitas vezes favorável aos setores dominados na hierarquia econômica e social do Matopiba. Conhecer e operar com essas diferenças é fundamental na moldagem de narrativas e coalizões alternativas ao modelo do grande agronegócio.

Nas organizações ambientalistas, por fim, observa-se crescente interesse pelo Cerrado, em contraste com o período anterior no qual o olhar priorizava outros biomas como a Amazônia ou a Mata Atlântica. Apesar disso, a narrativa que vai se moldando ainda permanece restrita à dimensão ambiental, sem oferecer alternativa para os problemas sociais e econômicos não equacionados pelo modelo produtivo do Matopiba. Talvez por isso a maior

parte da população local seja crítica, mas também resignada quanto a este modelo. A contenção do desmatamento, uma das principais reivindicações do movimento ambientalista, não será suficiente para gerar alternativas capazes de manter o dinamismo (concentrador, é verdade, mas nem por isso ilusório ou irreal) impulsionado com a produção da soja e culturas associadas.

Três vetores foram identificados nos discursos das organizações e que poderiam levar a alterações no modelo de desenvolvimento do Matopiba: i) mecanismos do tipo comando e controle voltados a coibir práticas ilegais envolvendo desmatamento, uso da água, trabalho escravo, entre outros; ii) formas de governança apoiadas em acordos entre consumidores e empresas que resultem em compromissos mais ousados como a moratória do desmatamento no Cerrado; e iii) adoção de formas de incentivo econômico à conservação ambiental do tipo REDD e outros, sobre os quais há grande controvérsia entre ambientalistas.

O primeiro problema que emerge deste quadro é saber qual será a narrativa capaz de pôr na defensiva o discurso dominante sobre os significados da expansão da atividade agropecuária no Matopiba, já que aquelas hoje existentes são ainda demasiadamente fragmentadas ou defensivas. Até aqui a ênfase recai quase que exclusivamente sobre os temas ambientais, destacadamente o desmatamento, mas será preciso avançar para a negociação e a inovação em torno de novas modalidades de dinamização econômica. Sem isso dificilmente a população local irá aderir a uma narrativa alternativa. Isto porque é enorme o déficit de formas de ocupação e de geração de renda. É a promessa em torno destes temas que tem seduzido essas populações locais para, mesmo com críticas, aderir ao modelo de desenvolvimento ancorado na soja, com tudo o que ele implica de seletividade, destruição ambiental e restrições para os modos de vida tradicionais de setores desta mesma população. Soluções de grande repercussão como o desmatamento zero são certamente importantes e mobilizam o debate regional. Mas uma narrativa mais aderente aos problemas relacionados a como conciliar a conservação ambiental e o bem estar da população local precisará dar conta de ao menos três realidades distintas: aquela das áreas ainda não desmatadas e para as quais o desmatamento zero é uma alternativa, desde que se consiga firmar acordos em torno de sua implementação; aquela das áreas já desmatadas mas ainda não totalmente convertidas à produção de grãos; e aquela encontrada nas áreas onde a produção da soja e demais lavouras já alterou decisivamente a paisagem. Há um conjunto de temas hoje vistos como sensíveis por parte dos atores locais e que poderiam ser objeto desta nova agenda: uma revisão da questão tributária, diminuindo a perda de estados e municípios e retendo uma fração maior da riqueza gerada no território; a diversificação das economias locais, ampliando oportunidades para investidores e também para a geração de renda e trabalho para a população local; um modelo mais inovador e consequente de pagamento por serviços ambientais ou de uso sustentável dos recursos florestais. Igualmente importante, e um

segundo problema, é saber que atores, organizações e segmentos sociais conseguirão pôr esta narrativa alternativa em marcha com força suficiente. Apesar da importância das comunidades tradicionais e das grandes organizações ambientalistas, é plausível imaginar que outro modelo de desenvolvimento territorial precisará incluir espectro mais amplo de segmentos, hoje ainda distantes destas vozes de contraponto. É este o caso de parte da burocracia governamental ou mesmo dos prefeitos destes pequenos municípios. É também o caso dos cidadãos desorganizados e de poder frágil e difuso destas localidades, hoje encantados ou resignados diante do modelo representado pela produção da soja. Em suma, não se trata apenas de denunciar os efeitos deletérios do modelo de desenvolvimento implementado no Matopiba, mas sim, e mais difícil do que isso, o desafio é moldar concomitantemente um novo projeto para o Cerrado e uma coalizão de forças sociais plural e apta a se beneficiar desta nova narrativa e, por isso mesmo, de defende-la.

Conclusão

Cada uma das seções anteriores apresentou uma das principais conclusões do estudo: a) para além do empreendedorismo “gaúcho”, é preciso pôr em relevo as diferentes formas pelas quais o Estado contribuiu para a emergência do padrão atual de ocupação territorial do Matopiba, ora atuando também ele como agente do empreendedorismo por meio da produção de tecnologias e da viabilização de condições institucionais para a introdução de inovações produtivas, ora atuando como agente reproduzidor das velhas formas de patrimonialismo expressas na violência e na grilagem de terras; b) a imagem do Matopiba como expressão do agronegócio nacional vai sendo progressivamente deixada para trás, com a crescente presença de grupos internacionais, atuando não só na produção de grãos mas também, e em muitos casos principalmente, no mercado de terras, algo que traz consequências drásticas para o território como a perda de controle sobre estes recursos, mas também o fluxo de riquezas, com crescente drenagem de rendas esterilizando o tecido social local em vez de dinamizá-lo; c) a expressão territorial desta dinâmica revela que a imagem de pujança produtiva não se traduz em igual elevação dos padrões de bem estar – há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem estar no Matopiba -, e mais que isso, não se trata de uma questão momentânea até que o dinamismo das áreas centrais transborde para o entorno, pois trata-se mesmo de um estilo de desenvolvimento territorial marcado pela brutal concentração dos efeitos positivos em uns poucos municípios polo; d) tudo isso não se faz sem conflitos e contradições, e elas vão bem além dos conflitos fundiários, que são a expressão mais conhecida, envolvendo ainda os conflitos hídricos, de importância crescente, e os conflitos intraelites, que no entanto são abafados e minimizados graças ao movimento de expansão da fronteira, algo que, contudo, agrava ainda mais os dois tipos de conflitos

anteriores; e) por fim, última conclusão, há hoje uma pluralidade de narrativas sobre o futuro do Matopiba, para além da oposição entre os entusiastas e os mais críticos, embora nenhuma delas ainda tenha força e consistência suficiente para sinalizar a perspectiva de um outro futuro para a região, residindo aí o principal desafio a ser superado pelas coalizões de forças sociais que procurem dar outro destino à natureza e à vida das pessoas naquela frente de expansão do agronegócio.

Mais do que a soma das partes, importa o sentido geral da análise que emerge com estas cinco conclusões parciais. Elas confirmam a hipótese geral do estudo. De um lado, não se sustenta a narrativa dominante, segundo a qual os problemas ambientais, sobretudo o desmatamento, seriam um “custo do progresso” alcançado com a expansão da produção de grãos no Matopiba. Não há um progresso social genuíno, a não ser em uns poucos lugares e para poucos segmentos. E, como dito acima, não se trata, como argumentam outros portadores desta narrativa dominante, algo temporário, que será superado com o tempo. É algo intrínseco ao modelo de desenvolvimento adotado. De outro lado, com o olhar apresentado foi possível também agregar mais elementos de complexidade à narrativa crítica – parte da população local apoia, com reservas, o modelo atual por falta de alternativa e por contraste a um passado igualmente restritivo; há novos conflitos em curso; há uma pluralidade de narrativas. Tudo isso permite colocar em um novo patamar a imagem que se faz do Matopiba, para além da simples oposição entre o que se passa nos impressionantes campos de produção situados nos “chapadões”, e os conflitos e a despossessão que se dá nos “baixões”. Esta oposição é central, obviamente, mas insuficiente para se compreender o movimento das contradições que marcam o presente e o futuro daquele território, como aqui se tentou demonstrar.

Referências

ACTION AID. **Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba – Comunidades e meio-ambiente**. Rio de Janeiro: Action aid, 2017.

ALVES, V. E. L. O mercado de terras nos cerrados piauienses – modernização e exclusão. **Agrária**, São Paulo, 10/11, p. 73-98, 2009.

ALVES, V. E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BAHIA. **Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. PRODECER**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1985.

BERDEGUÉ, J.; ESCOBAL, J.; BEBBINGTON, A. Conceptualizing spatial diversity in latinamerican rural development – structures, institutions and coalitions. **World Development**, v. 73, p. 1-10, 2015a.

BERDEGUÉ, J.; ESCOBAL, J.; BEBBINGTON, A. Explaining spatial diversity in latinamerican rural development – structures, institutions and coalitions. **World Development**, v. 73, p. 129-137, 2015b.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.R.A.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI – a formação de um novo padrão agrícola e agrário**. Brasília: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, A.M.; GARCIA, J.R.; VIEIRA FILHO, J.E.R. Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba. **Texto para Discussão** n. 2284. Brasília: IPEA, 2017.

BUAINAIN, A.M.; GARCIA, J.R.; VIEIRA FILHO, J.E.R. A economia agropecuária do Matopiba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 376-401. Julho-Setembro, 2018.

BUZATO, H. et al. **A soja no Matopiba: contradições do modelo desenvolvimento, riscos e perspectivas para a conservação do Cerrado**. Relatório de Pesquisa. Piracicaba: Imaflora, 2018.

CASTILHO, A.; BASSI, B.; VENDRAME, F. O controle de terras por estrangeiros no Brasil: Panorama geopolítico, aspectos legais e macro-tendências. **Análise** n. 35. FES/Brasil, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT, 2016.

DULCI, L. **O que professores universitários aposentados de Nova York tem a ver com a expropriação de terras de pequenos agricultores no nordeste brasileiro?** 2017. Disponível em: <<http://indebate.indisciplinar.com/2017/08/21/o-que-professores-universitarios-aposentados-de-nova-york-tem-a-ver-com-a-expropriacao-de-terras-de-pequenos-agricultores-no-nordeste-brasileiro/>>. Consultado em: Dezembro de 2017.

EMBRAPA. **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba**. EMBRAPA, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Consultado em: Dezembro de 2017.

FREDERICO, S.; BUHLER, E.A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.199-225.

GITE/EMBRAPA. **Matopiba**. Repositório de textos e dados sobre a região do Matopiba. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Consultado em: Maio de 2018.

HECK, E.; MENEZES, L. Matopiba – projeto de destruição do Cerrado. **Porantim/CIMI**. N. 382. P. 8-9. Brasília: CIMI, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário 2005/2006**. Publicado em 2006. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Consultado em: Maio de 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Publicado em 2011. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Consultado em: Maio de 2018.

IBGE. **Brasil em Síntese – Estados e Municípios**. Publicação permanente. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Consultado em: Maio de 2018.

JICA. **Área de expansão da soja no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/index.html>> Consultado em: Dezembro 2017.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor – desmascarando o mito do setor público versus o setor privado**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

MULLER, C. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas públicas**, n. 3, p. 45-73, 1990.

PEREIRA L.I. & PAULI, L. O processo de estrangeirização da terra e a expansão do agronegócio na região do Matopiba. **Campo-Território – Revista de Geografia Agrária**. Edição especial, p. 196-224, jun., 2016.

PITTA, F.T. ; BOECHAT, C.A. ; MENDONÇA, M.L. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v.5 n.2, p.155 – 179, 2017.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo, 2018.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

Sobre os autores

Arilson Favareto – Graduação em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorado em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP); Docente da Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-1825-7165>

Louise Nakagawa – Graduação em Biologia pelo Centro Universitário Fundação Santo André; Mestrado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Doutorado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7327-9781>

Suzana Kleeb – Graduação em História pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4368-0435>.

Paulo Seifer – Graduação em Engenharia Elétrica pelo Instituto Mauá de Tecnologia (IMT); Mestrado em Mestrado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Doutorado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0776-9766>

Marcos Pó – Graduação em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI); Mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Docente da Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2172-9226>

Como citar este artigo

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Arilson Favareto**, **Suzana Kleeb** e **Paulo Seifer** ficaram especialmente responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual. Estes mesmos autores e também **Louise Nakagawa** e **Marcos Pó** se encarregaram também da aquisição de dados primários e secundários. Todos os autores participaram do processo de análise e interpretação dos dados.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 21 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 10 de dezembro de 2018.
